



FACULDADE CALAFIORI

LUCIMEIRE ALVES DA SILVA LIMA
TAUANNY FERREIRA ANDRADE

**OS DESAFIOS DOS EDUCADORES FÍSICOS
DIANTE DOS EDUCANDOS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO
REGULAR**

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
2016**

LUCIMEIRE ALVES DA SILVA LIMA
TAUANNY FERREIRA ANDRADE

**OS DESAFIOS DOS EDUCADORES FÍSICOS
DIANTE DOS EDUCANDOS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO
REGULAR**

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori,
como parte dos requisitos para a obtenção do título
de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Ms. Gustavo Henrique
Gonçalves.

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
2016**

EU, LUCIMEIRE, dedico ao meu pai e minha mãe, que mais do que me proporcionaram uma boa infância e vida acadêmica, formaram os princípios do meu caráter;

EU, TAUANNY, dedico a minha família, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro, é feito a partir da constante dedicação no presente;

Dedicamos a nós mesmos, companheiras de Trabalho de Conclusão de Curso, pela confiança e credibilidade uma na outra, durante todo período de graduação e pelo mútuo ensino-aprendizado de vida, durante nossa convivência, no campo educacional, profissional e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de nossas vidas e não somente nestes anos como universitárias, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A Faculdade Calafiori, pela oportunidade de fazermos o curso de forma tão gratificante e enriquecedora.

Ao nosso orientador, professor Ms. Gustavo Henrique Gonçalves pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

A todos os funcionários da Biblioteca pelo atendimento nos dado sempre que precisávamos.

Agradecemos também a todos os educadores. A palavra mestre, nunca fará justiça aos dedicados com os quais sem nominar terão os nossos eternos agradecimentos.

“A educação física deve integrar o aluno na cultura corporal de movimento, mas de uma forma completa, transmitir conhecimentos sobre a saúde, sobre várias modalidades do mundo dos esportes e do fitness, adaptando o conteúdo das aulas à individualidade de cada aluno e a fase de desenvolvimento em que estes se encontram. É uma oportunidade de desenvolver as potencialidades de cada um, mas nunca de forma seletiva e sim, incluindo todos os alunos no programa”.

(NÓBREGA, 2016, p. 1).

RESUMO

O educador físico de ensino regular tem que trabalhar com os educandos com necessidade especial de maneira gradual, pois cada um tem o seu limite, principalmente os que possuem necessidade especial mais severa, para que a inclusão se configure com eficiência e qualidade. Nesse sentido, o objetivo foi estudar os desafios dos educadores físicos diante dos educandos com necessidades especiais no ensino regular. A metodologia escolhida para este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre os desafios dos educadores físicos diante dos educandos com necessidades especiais no ensino regular. Diante das análises e discussões, revelaram que, a escola inclusiva é aquela que oferece aprendizado e uma educação globalizada, acolhendo todos com suas diferenças, culturas, costumes, hábitos, valores, padronizando num mesmo paradigma, que é a educação. É aquela que consegue reorganizar seu quadro pedagógico e metodológico que assegure o pleno desenvolvimento do educando com necessidade especial dando a esse as ferramentas necessárias para o seu desenvolvimento e sua cidadania. Assim, a educação deve oferecer a todos os educandos não só o acesso às oportunidades educacionais, como também uma educação de qualidade, garantindo-a como direito a jornada da dignidade do ser humano e apontar para a construção de uma sociedade justa. Vê-se que o papel do educador de Educação Física diante dos educandos com necessidades especiais são essenciais para que possam se sentir seguros, interagidos, felizes e acima de tudo tendo apoio desse profissional. Assim, os educandos com necessidades especiais sentem-se capazes, dentro das possibilidades de cada um, simplesmente pelo simples fato de conseguir realizar os exercícios, as atividades propostas. Os procedimentos supracitados auxiliam o educador também a fazer com o educando com necessidade especial, para assim e aos poucos adquirirem a sua autonomia e conseqüentemente tendo uma melhor qualidade de vida. A escola para que seja inclusiva necessita de inúmeras transformações, desde a estrutura física, dando acessibilidade aos educandos com necessidades especiais, como no corpo profissional, principalmente dos educadores, sendo que com o educador de Educação Física não é diferente. Portanto, a inclusão do educando com necessidade especial na escola regular é um processo que ainda está em evolução, conforme as análises da revisão bibliográfica. De fato, os desafios dos educadores físicos diante dos educandos com necessidades especiais no ensino regular são bem desafiadores, mas possíveis de serem aplicados, dependendo do contexto atual que os educandos estão inseridos. Dessa forma, a Educação Física escolar inclusiva é extremamente essencial no dia a dia da criança ou do adolescente, assim, ao ingressarem numa escola regular, os educandos com necessidades especiais têm a chance de vivenciarem experiências diferentes, se relacionarem com os outros indivíduos, observando que todos possuem suas particularidades, isto é, ninguém é igual a ninguém. Então, esse educando ampliará o seu modo de percepção, das suas particularidades e sua maneira de se conectar com as pessoas e com o mundo.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Física, ensino regular, deficiência e Educação Física adaptada.

ABSTRACT

The physical educator of regular education has to work with the students with special need in a gradual way, since each one has its limit, especially those that have more severe special need, so that the inclusion is configured with efficiency and quality. In this sense, the objective was to study the challenges of physical educators vis-à-vis students with special needs in regular education. The methodology chosen for this work is a bibliographical research on the challenges of physical educators towards students with special needs in regular education. In the face of the analyzes and discussions, they revealed that the inclusive school is one that offers learning and a globalized education, welcoming everyone with their differences, cultures, customs, habits, values, standardizing in a same paradigm, education. It is the one that can reorganize its pedagogical and methodological framework that assures the full development of the student with special need giving the necessary tools for their development and their citizenship. Thus, education must offer all students not only access to educational opportunities, but also a quality education, guaranteeing them as the right to the dignity of the human being as a right and aiming at building a just society. It is seen that the role of the Physical Education educator vis-a-vis the students with special needs are essential so that they can feel safe, interacted, happy and, above all, supported by this professional. Thus, the students with special needs feel capable, within the possibilities of each one, simply by the fact of being able to carry out the exercises, the proposed activities. The abovementioned procedures help the educator also to do with the pupil with special need, thus and gradually acquire their autonomy and consequently having a better quality of life. The school to be inclusive requires numerous transformations, from the physical structure, giving access to students with special needs, such as the professional body, especially educators, and with the Physical Education educator is no different. Therefore, the inclusion of the pupil with special need in the regular school is a process that is still evolving, according to the analyzes of the bibliographic review. In fact, the challenges of physical educators vis-a-vis learners with special needs in regular education are quite challenging, but possible to apply, depending on the current context of learners. Thus, Inclusive School Physical Education is extremely essential in the daily life of the child or adolescent, so when they enter a regular school, students with special needs have the chance to experience different experiences, to relate to other individuals, observing That all have their particularities, that is, no one is equal to anyone. Then, this learner will broaden their way of perception, their particularities and their way of connecting with people and the world.

Keywords: Inclusion, Physical Education, regular education, disability and adapted Physical Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRH	-	Associação Brasileira de Recursos Humanos
CFE	-	Conselho Federal de Educação
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	-	Educação Física
EFA	-	Educação Física Adaptada
<i>et al</i>	-	Outros autores
LDBN	-	Lei de Diretrizes e Educação Nacional
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PCN's	-	Parâmetros Curriculares Nacionais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Deficiente físico brincando – inclusão social.....	21
Figura 2 – Professora de Educação Física e aluna com deficiência visual.....	39
Figura 3 – Professor de Educação Física e aluno com deficiência física	40

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Esboço histórico da EFA no Brasil	36
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
JUSTIFICATIVA.....	14
OBJETIVOS.....	16
Objetivo Geral.....	16
Objetivos Específicos.....	16
1 METODOLOGIA.....	17
2 O UNIVERSO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	18
2.1 Os tipos de deficiência.....	22
3 AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	27
3.1 Os caminhos trilhados da Educação Física escolar inclusiva.....	31
3.2 As evoluções da inclusão diante da Educação Física adaptada.....	36
ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	43
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

As necessidades especiais de um educando é algo que a família não espera, até porque a sociedade ainda tem certo preconceito e o indivíduo sente a discriminação. Já houve muitas vitórias quanto à inclusão social de pessoas com necessidades especiais, mas ainda há muito a ser resolvido e consolidado. Uma dessas causas, que ainda está caminhando é a inclusão dos educandos com necessidades especiais no ensino regular (SIMÕES, 2009).

A Constituição Federal de 1988 institui os direitos à educação no ensino regular, suas normas, direitos, regras e também deveres, visando à cidadania, a dignidade da pessoa humana, com uma sociedade justa e, sobretudo humanizada. Assim, a educação é direito de todos, independentemente da religião, raça, cultura, sexo, etnia, idade, entre outros (BRASIL, 1988).

A maioria da sociedade desconhece uma série de questões referentes à necessidades especiais e esta falta de conhecimento colabora com a exclusão social.

O destaque ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é de inigualável importância, sendo que toda criança e adolescente tem direito a uma educação de qualidade e adequada.

Por sua vez, o educando com necessidade especial como qualquer outra, tem direito a acesso ao ensino regular, capaz de atender as suas necessidades, respeitando as suas individualidades e limitações.

Nesse sentido, o educador físico de ensino regular tem que trabalhar com os educandos com necessidade especial de maneira gradual, pois cada um tem o seu limite, principalmente os que possuem necessidade especial mais severa, para que a inclusão se configure com eficiência e qualidade.

Vale mencionar que, muitos desses profissionais não foram preparados durante sua vivência acadêmica, mesmo com a Educação Física Adaptada (EFA), estudada no curso superior (PEDRINELLI, 2008).

Com isso, muitos educadores de Educação Física em absoluto desempenho nas instituições escolares não possuíram essa contribuição durante o tempo de sua formação acadêmica, assim uma quantidade limitada de escolas estão instruídas para atender o educando com necessidade especial, especialmente em se tratando desses profissionais.

Além disso, muitas escolas brasileiras não se adaptam a esses educandos, pelo contrário, querem que elas, mesmo com suas necessidades se adaptam a um ambiente físico que não foi feito para elas, não há apoio de outros profissionais a não ser do educador da sala

de aula e do educador de Educação Física, enfim não há a verdadeira inclusão, há a integração (RIBAS, 2010).

Pensando assim, surgiu o tema relacionado à deficiência sendo mais especificado em: os desafios dos educadores físicos diante dos educandos com necessidades especiais no ensino regular.

JUSTIFICATIVA

Efetivamente, um dos grandes desafios dos educadores brasileiros, nos dias atuais, é a busca de uma educação para todos que respeite a diversidade, as minorias, os direitos humanos, eliminando estereótipos e substituindo o conceito de igualdade pelo de equidade, ou seja, a igualdade de direitos respeitando-se as diferenças (GADOTTI, 1993).

Por sua vez, as aulas de Educação Física, de acordo com Bracht (1992), ao mesmo tempo em que qualificam, são ricas em considerar as preferências da maioria elitizada em habilidades esportivas, através da seleção dos melhores atletas representantes do “esporte na escola”, e não em defesa do “esporte da escola”, reforçando a apatia e o desânimo dos menos expressivos, sempre discriminados e, muitas vezes, levados a ceder seu lugar na quadra, tendo-se em vista sua falta de domínio das habilidades esportivas e gerando desafios a serem solucionados.

Assim, o estudo em questão buscou-se abordar os desafios dos educadores físicos diante dos educandos com necessidades especiais no ensino regular, segundo suas individualidades e limitações, e tendo como fundamento o fato de ser a educação um direito de todos.

Vale mencionar que, a Educação Física e a prática esportiva têm uma importância enorme para o desenvolvimento dos indivíduos, direcionando-se ao entendimento do desenvolvimento dos educandos com necessidades especiais, visando a saúde, o lazer e a socialização do educando, de forma a lhe proporcionar uma vida “normal”, e com um grau maior de desempenho nas suas atividades diárias e melhor qualidade de vida.

A relevância em se desenvolver este trabalho, liga-se a importância da democratização no acesso de todos à todas as atividades possíveis, asseguradas pela própria Constituição Brasileira e da necessidade de mais políticas públicas que, não só atendam, mas que lutem pelos direitos das pessoas com necessidades especiais e que lhes assegure uma vida digna em todos os aspectos (BRASIL, 1988).

E com esse tema segue-se o problema da pesquisa a ser trabalhado: Há possibilidades de o educador físico trabalhar no ensino regular com os educandos que apresentam necessidades especiais?

Assim, justifica-se o tema em questão pelas pesquisadoras perceberem, que na prática a Educação Física nas escolas possui pouca motivação por parte dos educandos com necessidades especiais nas aulas. Ademais, a maioria dos educadores de Educação Física

possuem dificuldades quanto a planejar e colocar em prática aulas lúdicas e divertidas para os educandos com necessidades especiais no ensino regular ou mesmo aulas adaptativas.

Portanto, as autoras deste trabalho tiveram o desejo de estudarem e conhecerem técnicas, métodos diversificados e atividades próprias para o educando com necessidade especial, até porque ao se tornarem graduadas poderão trabalhar com esse público com mais qualidade.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Estudar os desafios dos educadores físicos diante dos educandos com necessidades especiais no ensino regular.

Objetivos Específicos

- Compreender o universo das pessoas com necessidades especiais;
- Entender os tipos de deficiência;
- Refletir as perspectivas da educação inclusiva;
- Analisar os caminhos trilhados da Educação Física escolar inclusiva e as evoluções da inclusão diante da Educação Física adaptada;
- Demonstrar a proximidade e a importância do educador físico com os educandos com necessidades especiais no ensino regular.

1 METODOLOGIA

A metodologia escolhida para este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre os desafios dos educadores físicos diante dos educandos com necessidades especiais no ensino regular.

Segundo Minayo (2010), a revisão bibliográfica é construída com as várias fontes pesquisadas, sendo uma discussão entre os autores da qual resulta uma consideração final.

Foram selecionados artigos em português em *sites* reconhecidos como científicos, com as palavras chaves: Inclusão, Educação Física, ensino regular, deficiência e Educação Física adaptada.

Houve também a seleção de obras, como livros publicados entre 2000 a 2016, sendo todos com bases científicas. Toda a pesquisa foi realizada no período de junho de 2015 a novembro de 2016. Foi realizada uma pré seleção de textos que puderam estar fundamentando a pesquisa.

De posse das informações obtidas mediante a busca, levantamento e leitura preliminar das fontes de pesquisa foram organizadas a elaboração de um plano prévio do trabalho que desenvolvido, tratando-se de um esboço traçado a partir das grandes linhas que estruturarão o estudo. Estabelecido um plano prévio, iniciou-se á a leitura propriamente dita do material selecionado, leitura esta seguida de anotações, fichamentos e mesmo comentários pessoais, os quais foram classificados e arquivados tendo em vista a sua redação do final.

Quanto aos objetivos propostos na pesquisa, esta consistiu em pesquisa do tipo exploratória; de acordo com Cervo *et al.*, (2008), a pesquisa exploratória não requer a elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo.

2 O UNIVERSO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Aqui foi estudado sobre o termo deficiência, os tipos, a inclusão social e escolar e, a Educação Física inclusiva.

Nesse sentido:

A deficiência pode ser definida como toda perda parcial ou total de habilidades funcionais, ou de uma anomalia de estrutura funcional psicológica, fisiológica ou anatômica. Embora vários tipos de deficiência ocorram de doenças genéticas, a deficiência em si não é uma doença; é uma condição de singularidade, não impedindo que uma pessoa desenvolva suas potencialidades (RIBAS, 2010, p. 13).

O autor também faz uma comparação bem condensada entre os termos doença e deficiência. Veja:

Doença é um processo contínuo. Deficiência é um processo transitório ou permanente. Doença é algo que está em constante progressão, deficiência é algo imutável na sua limitação. (...) Acentuando esta concepção, uma pessoa portadora de deficiência quase nunca é uma pessoa doente, assim como uma pessoa doente não é necessariamente uma pessoa portadora de deficiência? A incapacidade existe em função da relação entre as pessoas deficientes e o seu ambiente. Isso quando essas pessoas se deparam com barreiras culturais, físicas ou sociais que impedem o seu acesso aos diversos sistemas sociais que se encontram à disposição de todos os cidadãos. A incapacidade está relacionada à limitação das pessoas e das oportunidades de participarem da vida em igualdade de direitos com os outros. As pessoas com limitações enfrentam enormes barreiras, sejam elas ambientais ou arquitetônicas, de diversas naturezas, mas que permitem que elas se incluam na sociedade globalizada (RIBAS, 2010, p. 5).

Como se pode verificar, deficiência é diferente de doença. Doença é algo contínuo e deficiência é algo transitório ou mesmo permanente.

Nessa perspectiva:

A definição de deficiência ainda é motivo de controvérsia entre médicos, estudiosos da área e da sociedade em geral, alude a um ser diferente, excluído socialmente. Assim, a inclusão das pessoas com alguma deficiência é algo que ainda temos que lutar muito para que seus direitos sejam concretizados (ABRAMOVAY *et al.*, 2016, p. 36).

Por sua vez, o educando deficiente não é uma pessoa com nenhuma patologia, mas para tanto ainda é preciso romper com as correntes preconceituosas e discriminatórias que reforçam esse mito.

O século XX foi cenário de inúmeras injustiças contra as pessoas com necessidades especiais, sendo apelidados de aleijadinhos, incapacitados, defeituosos ou inválidos. No final da década de 80 até meados da década de 90 as pessoas com necessidades especiais passaram a ser titulados de portadores de necessidades e “especiais”. Posteriormente de “pessoas com deficiência” (SIMÕES, 2009).

A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes de 09 de dezembro de 1975 instituiu no artigo 1º:

O termo pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (SIMÕES, 2009, p. 12).

O fundamental é que se ultrapasse o preconceito, para respeitar a capacidade dos indivíduos com necessidade especial e crer nas suas possibilidades. Deve-se abandonar a ideia de que, para eles basta ultrapassar as possibilidades e limites, ou seja, não podem ser subestimados diante do que podem chegar a desenvolver e conseqüentemente serão cada vez mais motivados e a sociedade menos discriminadora e injusta.

Segundo Ribas (2010) tudo isso, passa a instigar as pessoas na sociedade, pelo fato de que as imposições do mundo do trabalho, da sociedade, da política e da cultura, se voltam mais e mais vinculadas com as informações e as competências adquiridas no dia a dia.

A sociedade se torna complexa e se diverge, demandando a participação mais meticulosa de seus sujeitos e de indivíduos nela interessados, necessita se conscientizar que cada pessoa apresenta diferentes modos de ser, de agir, de viver, ritmos e maturidades também diferentes; desejos e vontades, estilos e métodos diferenciados.

Educandos com necessidades especiais, trabalhadores com necessidades especiais, conhecidos com necessidades especiais, aposentados com necessidades especiais por serem vistos como “diferentes” podem ser vítimas de discriminação em escolas, empresas, na rua, enfim em qualquer meio. Isso ocorre, por exemplo, em empresas, conforme:

Desde o final do século XX, principalmente nas últimas décadas, houve o crescimento de um movimento social almejando a inclusão de todas as pessoas com necessidades especiais na sociedade, com qualidade e dignidade. Entretanto, as mudanças

essenciais para que realmente a inclusão social se perpetue são diversas e complexas, compreendendo particularidades éticas e culturais (RIBAS, 2010).

A inclusão social ainda não foi totalmente reconhecida e respeitada, como outras inovações sociais, há muito caminho a se percorrer, como por exemplo, a inclusão real dos educandos na escola regular; muito preconceito a ser derrubado (RIBAS, 2010).

As mudanças primordiais se configuram e se fazem presentes na sociedade por meio de novos fatos. Contudo, já se pode comemorar uma essencial transformação ao que se refere à visão da condição dessas pessoas que apresentam necessidades e limitações.

Dessa forma, o que vem a ser o termo inclusão?

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir papéis na sociedade. A inclusão social constitui um processo bilateral no qual as pessoas, ainda extraídas, e a sociedade buscam, em parcela, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 2012, p. 41).

Sabe-se que não é fácil divulgar a inclusão e enfatizar a inclusão na sociedade, mas tudo é possível quando se tem amor no que faz e força de vontade de perante o trabalho, formação, competência, desejo, busca, reflexão e coragem. E somente assim, a sociedade continuará tendo modificações fundamentais para um ponto onde tenha mais justiça, igualdade, em que todas as pessoas tenham valores iguais e direitos iguais, não importando se elas sejam pessoas deficientes visuais, deficientes auditivos, deficientes físicos, como nos permite refletir na figura posteriormente (SASSAKI, 2012).



Figura 1. Deficiente físico brincando – inclusão social.

Fonte: MACHADO, 2013, p. 1.

A prática da inclusão se baseia em princípios até então considerados diferentes como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de uma pessoa; a convivência dentro da diversidade humana e o ensino-aprendizagem por meio da cooperação (PARREIRA, 2005).

A inclusão social, como se pode verificar, se baseia em princípios essenciais para que a pessoa com deficiência seja respeitada em suas diferenças individuais, ser valorizada como qualquer outra pessoa, conviver com as outras pessoas em qualquer meio e aprender de forma cooperativa, ou seja, sendo ensinada com dignidade e respeito.

Portanto, a inclusão social é um processo que auxilia na implantação de uma sociedade digna, justa, diferente, igualitária; por meio de grandiosas e pequeninas mudanças desde estruturas físicas até no modo das pessoas agirem, pensarem; na estruturação e efetivação de Leis mais justas referentes a esse público; e, portanto, também do próprio grupo de pessoas com necessidades especiais, sendo crianças, jovens e adultos. Assim, destaca-se que a definição de inclusão social se firma no Modelo Social da Deficiência, o qual tem como princípio primordial que os problemas da pessoa com necessidades especiais, não estão somente na pessoa e nem somente na sociedade (PARREIRA, 2005).

2.1 Os tipos de deficiência

Nem sempre os educandos se desenvolvem de forma plena ou mesmo almejada pelos pais. Algum problema pode se revelar logo que o educando nasce, outros vão sendo observados e averiguados com o tempo. Esse problema ou problemas pode ser algum tipo de deficiência.

Cada tipo de deficiência possui suas particularidades, como pesquisado abaixo:

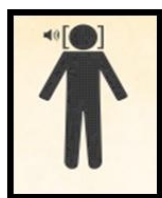
a) Deficiência Física ou Motora



A deficiência física ou motora é o tipo de deficiência em que a pessoa apresenta certas dificuldades para executar determinados movimentos corporais, decorrentes de anomalias no funcionamento do sistema músculo-esquelético pelas alterações ou lesões do sistema nervoso central (RIBAS, 2010).

Com base no Brasil (2002) comenta-se que a deficiência física ou motora pode ser organizada em graus leve, moderado ou grave.

b) Deficiência Auditiva



A surdez é caracterizada pela perda, maior ou menor, da percepção normal dos sons, havendo vários tipos de deficiência auditiva, em geral classificadas de acordo com o grau de perda da audição (MARCHESI, 2006).

A surdez pode ser distribuída em níveis: Limite Normal, 0 a 25 decibéis; Perda Leve, 26 a 40 decibéis; Perda Moderada, 41 a 70 decibéis; Perda Severa, 71 a 90 decibéis e Perda Profunda, acima de 90 decibéis (BRASIL, 2002).

c) Deficiência Visual



Pessoas com deficiência visual são aquelas que apresentam alterações no seu sistema visual e, por isso, não enxergam nada, ou seja, cegueira, ou enxergam muito pouco e necessitam utilizar recursos especiais, denominada de visão subnormal (RIBAS, 2010).

O educando cego ou com visão subnormal pode conseguir ler e a escrever por meio de um sistema especial chamado Braille, organizado por pontos e relevos que simbolizam as letras do alfabeto e os números. O sistema Braille é tido por meio do tato. Para que o educando possa ler um livro é preciso que ele seja transcrito para esse sistema.

d) Deficiência Intelectual



A deficiência intelectual até algumas décadas era denominada de deficiência mental, é a que se configura com uma quantidade maior de indivíduos, baseando-se em resultados obtidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Ardore *et al.* (2009), cerca de 3% da população mundial é constituída por pessoas com deficiência intelectual e, no Brasil, essa porcentagem talvez seja superior.

O termo deficiência jamais deve ser visto como inútil, pois uma vez que se usa este pensamento está se fazendo um pré-julgamento que demonstra um caráter negativo de

como a pessoa é, em que nem sempre é resultado do ambiente humano e físico impróprio ou inacessível, mas sim por ambientes que não favorecem o pleno desenvolvimento da pessoa com necessidade especial intelectual.

Assim, a Síndrome de Down é usualmente destacada como deficiência intelectual, ela não tem cura, pois não é considerada doença, mas uma alteração genética, geralmente identificada no nascimento (CASTRO; ALMEIDA, 2010).

Antigamente, a avaliação da Deficiência Intelectual era retratada em categorias, como leve, moderada, severa e profunda; baseada em testes.

Foi com a Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada em 6 de outubro de 2004 pela Organização Mundial de Saúde, em conjunto com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que se deixou de especificar o nível de comprometimento da pessoa com deficiência intelectual (SASSAKI, 2012, p. 13).

Hoje como mostram Ardore *et al.* (2009) o processo de categorização pretende-se desempenhar o grau e os princípios de suporte que a pessoa almeja. Em suma, a deficiência intelectual possui várias ramificações o que exige posturas éticas e morais que garantam o desenvolvimento dos direitos e deveres da pessoa com necessidade especial.

e) Deficiência múltipla



A deficiência múltipla é aquela em que em um indivíduo é apresentada mais de uma deficiência primária, como intelectual, visual, auditiva e física; levando a implicações que provocam consequências no seu desenvolvimento global e na sua disposição de adaptação.

Têm de haver simultaneamente, na mesma pessoa, duas ou mais deficiências (psíquicas, físicas e sensoriais). Essas deficiências não têm de ter relação de dependência entre si, quer dizer, uma das deficiências não condiciona que existam outras ou outras deficiências. Também não tem de haver uma deficiência mais importante do que a outra ou outras. Estabelecer a

importância ou predomínio de uma deficiência sobre a outra é difícil e não conduz a nada (BRASIL, 2000, p. 378).

3 AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Até na década de 90, a educação especial funcionava agregada às escolas especiais e classes especiais, as atividades de educação eram desenvolvidas em escolas ou salas individuais, sendo que escola especial tem-se como exemplo a APAE e as classes especiais são salas de aula em escola do ensino regular adequada as necessidades de alunos com deficiência (RIBAS, 2010).

Essa superação foi superada na Lei nº. 9394/96 – Lei de Diretrizes e Educação Nacional (LDBN), na qual relata que é direito da criança e do adolescente portador de deficiência e dever do estado assegurar à frequência e permanência desses alunos as escolas especiais e regulares (BRASIL, 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90, por sua vez, reforça os dispositivos legais e coloca que a criança e o adolescente têm direito à educação e que o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino” (ECA, 1990, Cap. IV, Art. 53).

A Lei n. 16.683, sancionada em 10 de Janeiro de 2007, simboliza uma evolução surpreendente em integração, reconhecimento e acesso aos direitos sociais, potencializando resultados, conforme a cartilha retrata:

Atualmente a inserção de educandos com deficiência na escola regular vem crescendo e modificando o perfil de muitas instituições, já se pode observar alguns avanços conseguidos graças às lutas e militâncias de alguns cidadãos comprometidos com tão nobre causa, porém muitas são as barreiras e limites enfrentados: questões de infraestrutura, arquitetônicas, ambientais, de comunicação e capacitação dos profissionais envolvidos, são muitas e continuam afastando da escola milhares de crianças e jovens em todo o país.

“A inclusão exige medidas de adequações da escola a todos os alunos, inclusive para aqueles com deficiência” (MENDES, 2002, p. 14).

Não há dúvidas de que só se terá de fato uma escola inclusiva aos moldes verdadeiros somente no dia em que toda a equipe pedagógica estiver preparada para acolher as diversas deficiências respeitando a capacidade cognitiva, biológica, comunitária de cada educando com necessidade especial. Além dos eixos da ética, justiça e direitos humanos, que são termos que superam a exclusão serem praticados por toda a sociedade.

Nesse sentido:

[...] a Educação Inclusiva, se refere ao rompimento com uma visão preconceituosa, que permeia todo o relacionamento com pessoas diferentes ao longo da história da humanidade. A primeira reação das pessoas, principalmente dos professores, é afirmar que não estamos preparados para tal; que tal proposta supõe investimento em materiais, equipamentos e capacitação e que esse tipo de investimento nunca foi prioridade para o governo. O primeiro grande passo para que a Escola se torne inclusiva é romper com o preconceito, é mudar a concepção de valorização do estereótipo de perfeição. Esse sim será o grande impulsionador do processo. Os equipamentos, os materiais, os recursos são importantes, mas o mais importante são educadores e a concepção destes sobre essa modalidade de Educação, o seu envolvimento nesse processo (OESTERREICH, 2007, p. 04).

A escola inclusiva é aquela que oferece aprendizado e uma educação globalizada, acolhendo todos com suas diferenças, culturas, costumes, hábitos, valores, padronizando num mesmo paradigma, que é a educação. É aquela que consegue reorganizar seu quadro pedagógico e metodológico que assegure o pleno desenvolvimento do educando com necessidade especial dando a esse as ferramentas necessárias para o seu desenvolvimento e sua cidadania.

Complementando que:

[...] a escola inclusiva acomoda todos (independentemente de suas condições sociais, intelectuais, espirituais, emocionais, físicas, linguísticas e outras) com o intuito de desenvolver o processo pedagógico, educando-os, e incentivando-os às necessidades educacionais especiais, ou seja, os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, os que repetem anos escolares, os que são forçados a trabalhar, os que estão fora da escola. Destaca-se que a inclusão social não é só para alunos que apresentam alguma deficiência, mas sim, para todos (PAULA, 2005, p. 23).

Como se pode perceber pela citação de Paula (2005) a verdadeira inclusão educacional não se configura apenas a criança com necessidade especial, mas a todas as crianças, como a criança com déficit de aprendizagem, com dislexia, a negra, a ruiva, a gorda, a pobre, a rica, enfim independente de sua diversidade.

Ainda de acordo com a autora:

O desenvolvimento das escolas inclusivas, capazes de sustentar recursos educativos com sucesso para todos os alunos, passa necessariamente pela definição de uma ação educativa diferenciada dos mais variados contextos. E para que uma gestão seja diferenciada, com ações pedagógicas inclusivas é preciso que a escola estabeleça uma filosofia baseada nos princípios

democráticos e igualitários de inclusão, de inserção e a provisão de uma educação de qualidade para todos os alunos (PAULA, 2005, p. 24).

Destaca-se ainda que a permanência da inclusão social destes educandos com necessidade especial requer valores, políticas, conceitos e princípios, para gerar o processo de inserção nas escolas, para que desenvolva um educando competente individualmente e socialmente, com uma consciência voltada para do mundo atual.

[...] a inclusão escolar é o processo pelo qual uma escola procede, permanentemente, à mudança do sistema, adaptando suas estruturas físicas e programáticas, suas metodologias e tecnologias e capacitando continuamente seus professores, especialistas, funcionários e demais membros da comunidade escolar, inclusive todos os alunos e seus familiares e a sociedade em seu torno. É propor um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, baseando-se em princípios tais como: a aceitação das diferenças individuais como atributo e não como um obstáculo, a valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas, o direito de pertencer e não de ficar de fora, o igual valor das minorias em comparação com a maioria (SASSAKI, 2012, p. 16).

Um dos maiores desafios da inclusão é fecundar uma oportunidade de desenvolvimento de um ser humano em sua totalidade, respeitando seus limites e deficiência e, ajudando a inserir na sociedade moderna. Há ainda o desafio de despertar para as vocações e habilidades dos mesmos.

As escolas inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 2012, p. 27).

Para uma instituição escolar ser propriamente inclusiva necessita-se ter como contexto principal que todas as crianças podem aprender proporcionando a elas acesso igualitário a um currículo básico, rico voltado a realidade das mesmas.

Segundo Santos e Paulino (2006) a inclusão educacional trata do direito à educação, comum a todas as pessoas e o direito de receber a educação, sempre que possível, junto com as demais pessoas nas escolas regulares. Para os mesmos autores, promover a inclusão consiste em transformar a postura quanto a “ver” a deficiência, suprimindo regras e normas tradicionais e refazendo o sistema de ensino para a consolidação de uma educação de

qualidade, atendimento apropriado e a permanência dos educandos que sejam garantidas independente de suas diferenças, necessidades e possibilidades.

Conforme Soler (2005) na escola regular deve existir a inclusão (a escola se adaptar ao educando) e não a integração (onde o aluno se adapta a escola). Destacando assim, a diferença:

Integração Escolar: processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativa-escolar referiu-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, a crianças com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola (SOLER, 2005, p.82).

Integrar é um processo, o qual o educando é que se deve adaptar a escola e não como a inclusão, que a escola se adapta as suas necessidades.

Inclusão Escolar: já na Inclusão, a escola deve mudar e se adaptar às diferenças e não, o contrário. Na Inclusão, a escola transforma a avaliação, a relação professor/aluno, no espaço físico, enfim, é criada uma nova escola, muito melhor, para abarcar todas as necessidades educacionais das crianças (SOLER, 2005, p. 83).

Incluir o educando com necessidade especial na escola regular, por meio de direitos inculidos na Legislação, atualmente tem levado a instituição a implantar espaços condizentes com as necessidades das mesmas, levando até elas profissionais capacitados, desde pedagogos, como uma infraestrutura em se tratando de intérpretes de libras para os deficientes auditivos, o Sistema Braille para os deficientes visuais, mais apoio ao deficiente intelectual com o trabalho de psicopedagogos, a maioria das instituições de escolas regulares nada disso é real.

Neves e Lemos (2008) retratam que se realmente as mudanças supracitadas ocorressem em todas as instituições regulares, o educando com necessidade especial se sentiria melhor entre os outros educandos, ou seja, não sentiria vergonha, e devido a isso ela se mostraria mais entusiasmado com a escola e seus colegas, trazendo um grande efeito para a sua qualidade de vida. Uma vez que uma escola regular inclusiva, onde não haja preconceito e discriminação a pessoa com necessidade especial terá um grande avanço aos direitos do deficiente, onde muitos ficam apenas no papel e, portanto não são concretizados.

É importante que a escola regular compreenda que não é suficiente que somente o educador do educando com necessidade especial tenha informações de como

proceder junto a ela. A comunidade escolar, como o gestor, educadores, funcionários de apoio e responsáveis pelos educandos também devem saber como proceder com estes.

A educação deve oferecer a todos os educandos não só o acesso às oportunidades educacionais, como também uma educação de qualidade, garantindo-a como direito a jornada da dignidade do ser humano e apontar para a construção de uma sociedade justa.

3.1 Os caminhos trilhados da Educação Física escolar inclusiva

Como foi dito, a escola para que seja inclusiva necessita de inúmeras transformações, desde a estrutura física, dando acessibilidade aos educandos com necessidades especiais, como no corpo profissional, principalmente dos educadores. Desta forma, com os educadores de Educação Física não é algo divergente. A inclusão tem sido debatida e seus adeptos têm enfrentado lutas a várias décadas e, assim reivindicam um reposicionamento destes profissionais diante da nova realidade. Ao revelar a respeito dos tipos de deficiência fica ainda mais notório essa necessidade.

[...] culturalmente, a formação pedagógica do professor de Educação Física vem sendo colocada em plano secundário, prevalecendo os conteúdos das disciplinas de cunho técnico- desportivo, corporal e biológico, em detrimento das disciplinas pedagógicas. Sendo assim, a formação vem privilegiando o desenvolvimento de capacidades e habilidades físicas, que tem por prioridade o desempenho físico, técnico e o corpo enquanto objeto de consumo (AGUIAR; DUARTE, 2005, p. 223).

Apresentando esse ponto de vista como fundamento, enfatizado na cultura desportista e competitiva, compreende-se que as persistências em se tratando da inclusão de indivíduos considerados menos capacitados e habilitados são históricas. Inúmeras propostas de atividades realizadas em Educação Física, feitas com fundamento na cultura competitiva, podem ser averiguadas na escola. A prática desportiva, quando utilizada sem os preceitos da inclusão é uma prática que não beneficia a cooperação, que não aprecia a diversidade e que pode produzir sensações de decepção e de insatisfação. Esse comportamento competitivo implanta uma origem de exclusão e pode representar um obstáculo à educação inclusiva (AGUIAR; DUARTE, 2005).

De acordo com o bojo do documento que trata do desempenho dos profissionais da área educacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a orientação

curricular é inserir os temas transversais nas aulas de Educação Física, sendo a saúde, meio ambiente, ética, orientação sexual, orientação para trabalho e consumo e pluralidade cultural (PACER JÚNIOR *et al.*, 2009). Em se tratando desse contexto, cabe ao educador de Educação Física promover atos reflexivos auxiliando para uma perspectiva crítica do meio social apresentando uma nova meta para essa disciplina que é a formação de cidadãos.

Os PCN's de Educação Física para o Ensino Fundamental retratam, seus objetivos gerais, a possibilidade que os educandos sejam aptos para:

- Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais;
- Participar de diferentes atividades corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais;
- Participar de atividades corporais, reconhecendo e respeitando algumas de suas características físicas e de desempenho motor, bem como as de seus colegas, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais;
- Conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações de cultura corpórea, adotando uma postura não-preconceituosa ou discriminatória por razões sociais, sexuais ou culturais (BRASIL, 1998, p. 43).

Essa questão representa ser ainda mais primordial quando se cogita a respeito do objetivo da Educação Física no Ensino Fundamental em escola inclusiva, o qual é estruturar educandos capacitados para integrar-se em atividades corporais firmando uma atitude produtiva e benéfica com os colegas com necessidade especial e assim promovendo uma conduta solidária, respeitosa, sem discriminar e não os vendo de outra forma, como por exemplo, não serem capazes.

Segundo os PCN's (1998) na escola, portanto, quem deve determinar o caráter de cada dinâmica coletiva é o educador, a fim de viabilizar a inclusão de todos os educandos. Esse é um dos aspectos que diferencia a prática corporal dentro e fora da escola.

A educação deve extinguir o procedimento tradicional dos conceitos que beneficiam os educandos que possuem vocações, propensões; empregando como apoio fundamental da ação pedagógica os preceitos da inclusão, indicando para um entendimento metodológico de ensino e aprendizagem que almeja o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da atuação social e da consolidação de valores e normas democráticas. Nesse sentido, deve buscar garantir a todos a possibilidade de usufruir de jogos, esportes, danças,

lutas e ginástica em benefício do exercício crítico da cidadania (PACER JÚNIOR *et al.*, 2009).

Parafraseando Lemos (2008), é interessante comentar que cumpre ao educador de Educação Física, aprimorar as competências e possibilidades de todos os educandos, observando sempre para não excluir nenhum, independente de qualquer questão. Entretanto, comumente, as instituições escolares preferem desobrigar educandos das atividades da disciplina em estudo, principalmente aqueles com deficiências, tendo como pretexto que o educador não está preparado para trabalhar habilidades com esses educandos. Assim, muitas escolas determinam que esses educandos façam atividades externas, como por exemplo, a cronometragem de tempo. Entretanto, não se deve abandonar as metas e princípios da Educação Física.

Para a real efetivação de uma escola inclusiva, mesmo que se cogita somente a Educação Física na qualidade de unidade curricular, há que se apreciar variadas vertentes. Primeiramente é interessante que se ofereça aos educadores de Educação Física cursos de reciclagem, formação continuada para capacitá-los e ofertar a eles conhecimentos mais inovadores e atuais.

A formação continuada de educadores de Educação Física tem sido compreendida como um seguimento de evolução dos conhecimentos essenciais à atividade profissional desempenhada depois da formação inicial, com a meta de proporcionar um ensino de excelente qualidade aos educandos, principalmente pela grande diversidade que as salas de aula vem apresentando nos dias de hoje.

[...] pensar a formação continuada de professores em uma perspectiva multicultural significa pensar em uma efetiva mudança de atitude, de postura e de olhar sobre a diversidade e a diferença. Não mais a celebração acrítica da diversidade, e sim o questionamento, a participação e a decodificação de teorias, conceitos, discursos e mensagens que compõem o currículo e as práticas em sala de aula e que muitas vezes se apresentam impregnados de preconceitos, estereótipos, silêncios e omissões (CANEN, 2011, p. 643).

Diante de uma formação continuada em que o educador de Educação Física deverá ser trabalhado, voltado à imensa diversidade que ocorre nas escolas, aqui no caso, em se tratando de educandos com necessidades especiais, há de se ter como proposta eixos didático-pedagógicos que o farão se desenvolver frente a toda heterogeneidade que se instala em suas aulas.

Desta forma, a formação continuada deve aprimorar inúmeras estratégias pedagógicas, as quais o educador de Educação Física deverá utilizar frente aos educandos com necessidade especial, que podem ser:

- a) modos de se situar diante das questões relativas às diferenças: reconhecer que somos diferentes, não partir da igualdade, ter um olhar atencioso às crianças que mostram maiores necessidades, estar sensível ao que acontece, ao que emerge, pesquisar o caminho de aprendizagem de cada criança, usar a intuição;
- b) trabalhar as relações interpessoais e a dinâmica do grupo, tais como: discutir os conflitos no grupo e valorizar o diálogo;
- c) estratégias pedagógicas enfatizadas: trabalhar com diferentes linguagens, apostar no estudo/trabalho em grupos, dar visibilidade às produções dos/as alunos/as, empoderá-los/as, entre outras (CANDAUI, 2006, p. 12).

Diferenciar é estar pronto a descobrir métodos para lidar com os educandos que apresentam necessidades especiais. É necessário alterar, inovar, criar possibilidades, testar, admitir o risco de errar e estar pronto a reparar, principalmente, se o modo corriqueiro que se organiza nas aulas de Educação Física com os educandos com necessidades especiais, bem como as atividades elaboradas e trabalhadas não os motivem ou mesmo não consigam realizá-las (CANDAUI, 2006).

Isto aponta que não há resoluções mágicas. Diante de Perrenoud (2001), a pedagogia das diferenças requer uma avaliação formativa, visto que seu intuito é melhorar a formação.

Sintetizando, a formação continuada de educadores de Educação Física representa o ápice do projeto de reestruturação do sistema educativo diante da diversidade em suas aulas na escola.

A escola é uma instituição extremamente essencial no dia a dia da criança ou do adolescente, com necessidade especial; ou não, assim, ao ingressarem numa escola, eles têm a chance de vivenciarem experiências diferentes, se relacionarem com outros indivíduos, observando que todos possuem suas particularidades, isto é ninguém é igual a ninguém. Assim, o educando com necessidade especial ampliará o seu modo de percepção, terá suas particularidades e sua maneira de se conectar com as pessoas e com o mundo (BRASIL, 2006). Mas, tudo isso depende de como a família participa da vida do filho com necessidade especial.

Os pais são os responsáveis pelo tipo de educação que queiram ofertar aos seus filhos com necessidade especial, como institui a Declaração de Salamanca em seu artigo 60: “Os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus

filhos, e a eles deveria competir, na medida do possível, a escolha do tipo de educação que desejam seja dada a seus filhos” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 4).

No mesmo documento institui-se no artigo 61:

Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 4).

Como o Documento revela que, os pais do educando com necessidade especial devem auxiliar nas resoluções, interagirem diante das atividades na escola, como as da aula de Educação Física; e em casa, supervisionarem o desenvolvimento do filho e seu ensino-aprendizagem, além de ampararem e abraçarem firmemente os métodos de ensino-aprendizagem para com a criança.

Dessa maneira, é primordial que os pais verifiquem e adotem uma instituição escolar que possa colaborar de forma enriquecedora quanto aos conhecimentos e educação do filho com deficiência, observando se é provida de mecanismos, aptidões e habilidades voltados ao processo de ensino-aprendizagem do mesmo.

Assim, devido a grande responsabilidade e importância que a família possui diante de seu filho com necessidade especial na escola, ela deve com toda disposição exigir diante da instituição escolar e órgãos públicos os amparos essenciais para o desenvolvimento do mesmo, dentro da sala de aula regular e nas aulas de Educação Física (PACER JÚNIOR *et al.*, 2009).

E, finalmente, deve-se averiguar o número de colegas que realizam ao mesmo tempo as aulas de Educação Física, observar as barreiras arquitetônicas, como por exemplo, a acessibilidade para crianças com deficiência visual, ou mesmo para as com deficiência física; tendo apoio da sociedade política, o planejamento de currículos, recursos didáticos diferenciados e condizentes com as necessidades dos educandos, além de recursos materiais de boa qualidade.

[...] de acordo com o princípio da Inclusão, a Educação Física escolar deve ter como eixo fundamental o aluno e deve se voltar para o desenvolvimento das competências de todos os alunos e proporcionar condições de acesso aos conteúdos a partir de estratégias adequadas (PACER JÚNIOR *et al.*, 2009, p. 1).

3.2 As evoluções da inclusão diante da Educação Física adaptada

De acordo com o que já foi explanado, a inclusão do educando com necessidade especial em escolas regulares é um longo caminhar e um processo muito complicado, pelo fato de haver inúmeras mudanças tanto na estrutura física, como na forma de pensar de todos os indivíduos implicados no processo educativo, abrangendo o próprio educando com necessidade especial e sua família. Assim, não se deve desconsiderar que o educador da escola inclusiva deve-se envolver com as diferenças individuais, sabendo se relacionar com a diversidade humana segundo valores, como cooperação, solidariedade, respeito, compreensão e humanitarismo (PACER JÚNIOR *et al.*, 2009).

Os educandos com necessidades especiais, por serem vistos como “diferentes” podem ser vítimas de discriminação dentro das escolas. Os educadores, gestores, servidores, por não estarem preparados por trabalharem com estas crianças e adolescentes devido às múltiplas expressões corporais e intelectuais que os envolvem, colaboram para a permanência da situação, não cooperam para a mudança do comportamento dos outros educandos que não conseguem lidar com as diferenças existentes (PACER JÚNIOR *et al.*, 2009).

Desta forma, diante da realidade de preceitos da inclusão, a área educacional tem procurado por técnicas e métodos. Em se tratando da legalidade, a inclusão de educandos com necessidade especial está totalmente protegida.

A ONU promulgou, em 1948, a Declaração Universal de Direitos Humanos, assegurando a todas as pessoas, de todas as nações, os mesmos direitos e deveres, assim como a Constituição de 1988, a Declaração de Salamanca de 1994, a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional de 1996, entre outras, asseguram a inclusão do portador de necessidades especiais (PACER JÚNIOR *et al.*, 2009, p. 1).

Assim, no papel a inclusão dos educandos com necessidades especiais em escolas regulares está consolidada. Entretanto, na realidade, cabe aos profissionais da educação, como o educador de Educação Física fazer realmente ocorrer na prática. Entretanto, a simples chegada de um educando com necessidade especial em uma escola regular, não é inclusão e sim integração.

Portanto, ao educador de Educação Física cumpre ofertar vivências, experiências e momentos motores, adequando-se às mais diversificadas realidades; planejando e preparando exercícios e atividades que favoreçam a estimulação das áreas

motoras mais enfraquecidas, que, por causa de uma restrição de um desenvolvimento pertinente, estão prejudicadas.

[...] a educação física é uma área de adaptação que permite a participação de todos, em atividades adequadas às possibilidades de cada um, proporcionando a integração. Para cada tipo de deficiência existe uma maneira de enfatizar as necessidades a serem contempladas (PACER JÚNIOR *et al.*, 2009, p. 1).

Desta forma, uma mediação adequada em se tratando de atividade física a educandos com necessidades especiais deve obedecer seus limites e favorecer autonomia. É essencial que o educador de Educação Física, como já foi mostrado, possua conhecimentos essenciais de seu educando; como o tipo de deficiência, idade, suas limitações, funções e estruturas que estão sendo afetadas, entre outros. Visto que, ao apreciar a realidade do educando, ele ajustará a metodologia a ser trabalhada com o mesmo.

- Em que grupo de educandos haverá maior facilidade para a aprendizagem e desenvolvimento de todos;
- A avaliação constante do programa de atividades possibilitando as adequações necessárias, considerando as possibilidades e capacidades dos educandos, sempre em relação aos conteúdos e objetivos da educação física adaptada;
- Adaptação de material e sua organização na aula, tempo disponível, espaço e recursos materiais;
- Adaptações de objetivos e conteúdos, adequando-os quando for necessário, em função das necessidades educativas especiais, dando prioridade a conteúdos e objetivos próprios, definindo mínimos e introduzindo novos quando for preciso (CIDADE; FREITAS, 2002, p. 42-43).

Como se pode verificar pela citação supracitada, incluir o educando com necessidade especial nas escolas regulares nada mais é que, ofertar a ele as mesmas oportunidades ofertadas a qualquer criança, mesmo com suas necessidades e diferenças.

A aula de Educação Física pode favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do deficiente e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos (BRASIL, 1997).

Por esse ângulo, foi em 1974 pelo Parecer n. 1000/74, do Conselho Federal de Educação (CFE), primeiro documento que instituía sobre a qualificação em Educação Física para atuar com pessoas com necessidades especiais.

Abaixo um esboço histórico da EFA no Brasil:

ESBOÇO HISTÓRICO DA EFA NO BRASIL	
ANO	OCORRÊNCIAS
1984	Um dos marcos de desenvolvimento profissional e acadêmico: quando foram estruturados alguns cursos de preparação profissional para atender uma demanda futura de inserção da disciplina Educação Física Adaptada no ensino superior.
1986	Aconteceu o I Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada, e nos anos pares subsequentes este seria o evento que reuniria os profissionais e estudantes da área.
1987	A Educação Física Adaptada (EFA) despontou no cenário educacional como um modo oficial nos Cursos de Graduação, por meio da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e instituiu a respeito do trabalho do educador de Educação Física em se tratando do aluno com deficiência.
1988	Foi criado o primeiro curso de especialização em Uberlândia, que até os dias de hoje é um dos cursos de referência no país. Com o ingresso de docentes nos cursos de pós-graduação stricto sensu, um novo perfil se delineou.
1991	Surgiu a ideia de fundar uma sociedade que auxiliasse a congregar os profissionais da área
1994	Fundou-se, a Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada - SOBAMA. Segundo conceito apresentado pela SOBAMA, a "Educação Física Adaptada constitui a área de conhecimentos relativos à cultura corporal de movimento da pessoa com uma diferença significativa, particularmente a deficiência/descapacidade".

Quadro 1. Esboço histórico da EFA no Brasil.

Fonte: PACER JÚNIOR *et al.*, 2009, p. 1.

Como se pode verificar pelo Quadro supracitado, a EFA tem evoluído à partir do momento que surgiu no Brasil e assim podendo colaborar com os educandos com necessidades especiais.

A EFA é definida como:

[...] um corpo de conhecimentos cross-disciplinar dirigido à identificação e solução de problemas psicomotores ao longo do período vital. Esses problemas podem ter origem no indivíduo em si ou no ambiente. Entretanto, só se tornam visíveis à medida que as demandas de tarefa não são satisfeitas devido a limitações ou atrasos nas funções adaptativas. A atividade física adaptada é composta de uma variedade de áreas de conhecimento com teorias, modelos, ferramentas de ensino e de reabilitação específicos, além de prestar serviços limitados a competências profissionais especializadas (MAUERBERG-DeCASTRO, 2005, p. 28).

Somando que:

[...] a EFA é uma subdisciplina da Educação Física e tem como proposta possibilitar a participação de alunos com necessidades especiais, dentre eles os com deficiência, de maneira satisfatória e com sucesso, suprimindo suas necessidades em longo prazo (no período de 0 a 21 anos de idade), enquanto a AFA deve se estender por toda a vida (WINNICK, 2004, p. 1).

Entretanto, muitos educadores em absoluto desempenho nas instituições escolares não possuíram essa contribuição durante o tempo de sua formação acadêmica, assim uma quantidade limitada de escolas estão instruídas para atender o educando com necessidade especial, especialmente em se tratando dos educadores.

Acrescentando que:

[...] a Educação Física Adaptada é uma área da Educação Física que tem como objetivo de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (PEDRINELLI, 2008, p.1).

A EFA trata-se de uma vasta área de adaptação ao conceder a interação de crianças e jovens em atividades condizentes à sua capacidade e possibilidades. Diante do retratado, vê-se que um planejamento de Educação Física quando ajustado e integrado ao educando com necessidade especial, proporciona a ele o entendimento de suas limitações e possibilidades, ajudando-o à procura de uma mais favorável adequação (PEDRINELLI, 2008).

É essencial que o educador de Educação Física veja seus educandos como prioridade, e desse modo empregando métodos de ensino-aprendizado para corresponder a exigência. Que seus educandos experimentem e exercitem no momento de suas aulas. Para Rodrigues (2003, p. 77), “assim, aparentemente a EF seria uma área curricular facilmente inclusiva devido à flexibilidade inerente aos seus conteúdos o que conduziria a uma maior facilidade de diferenciação curricular”.

Isto é, o educador de Educação Física é considerado pelos seus educandos como exemplo de atitudes positivas, em se tratando dos outros educadores. É que pelas ações recomendadas com feito e programação acatando a precisão dos educandos, e que leva-os a gozarem de uma experiência agradável diante da Educação Física, com ações benéficas à inclusão que auxiliam a solução de problemas e descobrirem maneiras descomplicadas para casos complexos (RODRIGUES, 2003).

Por meio dessa imagem confiante do educador de Educação Física argumenta-se que ele possui uma função primordial para impedir a exclusão e inserir a inclusão de educandos com necessidade especial neste contexto escolar, assim; mais constantemente o educador é requisitado para envolver-se em projetos de mudanças na instituição escolar, resolvendo assim às necessidades.

O educador de Educação Física pode trabalhar com os educandos com deficiência auditiva ou surdo se posicionando das seguintes maneiras:

- posicionar-se de forma que seu rosto fique visível para o aluno, facilitando a compreensão através da linguagem labial e gestual;
- remover aparelhos auditivos, quando houver atividades que possam danificá-los;
- utilizar demonstrações e/ou recursos visuais sempre que possível;
- no caso de surdez decorrente de alterações no aparelho vestibular (responsável pela sensação de equilíbrio/desequilíbrio), estar ciente de que podem ocorrer dificuldades de equilíbrio;
- encorajar o aluno a seguir as demonstrações dos colegas;
- utilizar e incentivar o uso da linguagem de sinais por parte de todos os colegas (DARIDO; SOUZA JÚNIOR, 2013, p. 334).

Em se tratando do trabalho do educador de Educação Física com educandos com deficiência visual, esse profissional, deve:

- guiar o aluno, se este precisar, oferecendo o cotovelo para que ele se apóie;
- informar o aluno sobre obstáculos e materiais presentes no espaço e remover aqueles que forem contrastantes;
- sempre que possível, introduzir materiais sonoros;
- sempre que dirigir ao aluno, mencionar seu nome;
- fornecer informações sobre a atividade com explicações verbais detalhadas;
- deixar que o aluno perceba como é o movimento pelo tato (o aluno é que deve tocar o profissional) (Figura 2) (DARIDO; SOUZA JÚNIOR, 2013, p. 334).



Figura 2. Professora de Educação Física e aluna com deficiência visual.
Fonte: PEIXOTO, 2014, p. 1.

E, quando na turma há educandos com deficiência física, o educador deve:

- sempre informar-se sobre a condição de saúde do aluno participante, obtendo aprovação médica para participação nas atividades, se necessário;
- estar atento para o fato de que o tempo de execução de movimentos pode ser mais demorado;
- fazer com que o aluno com deficiência sugira implementos, modificações de regras e adaptações nas atividades;
- pesquisar habilidades as mais diversas possíveis e orientações sobre elas, para que o aluno, se desejar, possa participar das modalidades esportivas oficiais;
- propiciar sempre o máximo de autonomia, de modo que o aluno possa dizer: “eu consegui”, “eu consigo fazer sozinho”, “eu posso, vocês duvidam?” (DARIDO; SOUZA JÚNIOR, 2013, p. 334).



Figura 3. Professor de Educação Física e aluno com deficiência física.

Fonte: NASCIMENTO, 2014, p. 1.

Vê-se que o papel do educador de Educação Física diante dos educandos com necessidades especiais são essenciais para que possam se sentir seguros, interagidos, felizes e acima de tudo tendo apoio desse profissional. Assim, os educandos com necessidades especiais sentem-se capazes, dentro das possibilidades de cada um, simplesmente pelo simples fato de conseguir realizar os exercícios, as atividades propostas. Os procedimentos supracitados auxiliam o educador também a fazer com o educando com necessidade especial, para assim e aos poucos adquirirem a sua autonomia e conseqüentemente tendo uma melhor qualidade de vida.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

As análises da revisão bibliográfica permitiram estudar os desafios dos educadores físicos diante dos educandos com necessidades especiais no ensino regular.

No bojo dos PCN's (1997) traz que a Educação Física é primordial para os educandos com necessidades especiais, com o intuito de interação com os colegas e assim promovendo o respeito, a solidariedade e a não discriminação.

Parreira (2005) disse que para haver inclusão social devem-se seguir os princípios como a aceitação das diferenças individuais, a valorização de uma pessoa; a convivência dentro da diversidade humana e o ensino-aprendizagem por meio da cooperação; o mesmo vale para a inclusão escolar.

Já, Paula (2005) cita que a verdadeira inclusão escolar não deverá se adequar somente aos educandos com necessidades especiais, mas a todas as crianças, como aquela que é negra, com déficit de ensino-aprendizagem, a pobre, a rica, enfim a todas as crianças independente de raça, poder aquisitivo, independente de sua diversidade.

De acordo com Soler (2005) é fácil haver integração dos educandos com necessidades especiais nas escolas regulares, mas a inclusão; são para poucas.

Aguiar e Duarte (2005) comentam que, a escola para que seja inclusiva necessita de inúmeras transformações, desde a estrutura física, dando acessibilidade aos educandos com necessidades especiais, como no corpo profissional, principalmente dos educadores, sendo que com o educador de Educação Física não é diferente.

Neste momento, há controvérsia: se os educadores de Educação Física não estão preparados para trabalhar com educandos com necessidades especiais, apontam Aguiar e Duarte (2005) como esses serão interados pelas atitudes desse profissional.

Mas, Oesterreich (2007) revela que não basta a escola se adequar ao educando, mas sim toda a comunidade escolar, que deverá mudar a sua forma de pensar, de rotular, o educando com necessidade especial.

Como apontou Simões (2009) os indivíduos com necessidades especiais enfrentaram muitas discriminações da sociedade, desde épocas bem remotas, até que no século XX, apesar de naquele período ainda serem vistos como incapacitados e uma série de termos preconceituosos, legislações foram surgindo, as quais puderam lhes proteger, dando a eles direitos nunca ditos.

Já Pacer Júnior *et al.*, (2009), retratou que o educando é a base para que ocorra a inclusão deste junto as aulas de Educação Física, ou seja, a competência do educador dessa disciplina deve ser voltada exclusiva ao educando.

E finalmente Castro e Almeida (2010) mostram em sua citação que o educador de Educação Física deve ofertar vivências, experiências e momentos motores ao educando com necessidade especial.

Entretanto, mesmo com benefícios e proteção, segundo Ribas (2010), ainda em pleno século XXI há muito preconceito diante das pessoas com necessidades especiais, educandos com deficiência, aposentados com deficiência. Portanto, a inclusão social ainda não foi totalmente reconhecida.

Eis que Canen (2011), Candau (2006) trazem que somente com a formação continuada e cursos de reciclagem que o educador de Educação Física poderá aprender estratégias diversificadas para trabalhar com o público em questão.

Contudo, Sasaki (2012) revelou que basta o ser humano ter senso de justiça, igualdade, amor no que faz que a inclusão social ocorrerá, não importante se há várias deficiências, até porque todos são iguais, independente de suas possibilidades e necessidades.

Os autores supracitados destacam que o educador de Educação Física da escola regular não tem se preparado ou mesmo não tem sido preparado para trabalhar com educandos que apresentam necessidades especiais.

Todavia, Cidade e Freitas (2002), relata que há inúmeras considerações, as quais devem ser respeitadas, como a adaptação de material e sua organização na aula, tempo disponível, espaço e recursos materiais, voltadas ao trabalho com educandos com necessidades especiais na Educação Física da escola regular.

CONCLUSÃO

A inclusão do educando com necessidade especial na escola regular é um processo que ainda está em evolução, conforme as análises da revisão bibliográfica. Assim, os desafios dos educadores físicos diante dos educandos com necessidades especiais no ensino regular são bem desafiadores, mas possíveis de serem aplicados, dependendo do contexto atual que os educandos estão inseridos.

Há muito a ser feito para que as escolas regulares no Brasil consolidem a inclusão dos educandos com necessidades especiais, até porque muitas necessitam de um apoio individual, que não pode ser somente com o educador; pois esse ministra a aula para todos e a atenção a essas crianças, dependendo do nível de desenvolvimento que se encontram é bem acentuado.

Mas, o governo e educadores estão se esquecendo de preparar quem vai recebê-las. Além do que nas escolas inclusivas deveriam ter outros profissionais, entre eles, assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, que fizessem parte da rotina escolar. Essa interação é de imenso valor, pois nada melhor a esses educandos que o apoio de todos que as rodeiam, as que querem bem e trabalham em prol de colocar em prática todos os direitos que esses educandos possuem.

Por sua vez, esse acesso deve superar o ambiente físico, ou seja, os educadores, inclusive da Educação Física devem ter ajudantes e o número mínimo de educandos, além de um suporte junto a outros profissionais.

A maneira que o educador de Educação Física deve trabalhar com os educandos que apresentam necessidades especiais não é um procedimento diferenciado ou as atividades e exercícios físicos diferentes, ou mesmo os materiais também; o que é diferente é a estratégia com as quais devem ser trabalhadas por esse profissional, além do apoio. Logicamente, que há atividades que elas não conseguirão realizar ou realizam não por completo, mas o educador deverá apoiar esses educandos, motivá-los a tentar. Isso é importante para os educandos com necessidades especiais, eles se sentem interagidos, socializados, mais felizes e assim a qualidade de vida deles terá outro significado.

De fato, a inserção do educando com necessidade especial na Educação Física escolar inclusiva traz importantíssimos benefícios, como: o aprendizado da convivência com os colegas de classe, com o educador e conseqüentemente com a sociedade; a autoestima que se eleva, ele adquire mais autonomia, estimula as áreas motoras mais enfraquecidas, que, por causa de uma restrição de um desenvolvimento pertinente, estão prejudicadas, enfim os

benefícios são muitos. Portanto, é de fundamental importância, a inclusão desses educandos nas aulas de Educação Física, não apenas a integração, por isso o educador pode trabalhar com a EFA.

Mudanças de atitudes e desmistificação são necessárias para que a inclusão venha realmente se efetivar na Educação Física escolar inclusiva. Portanto, o papel dos profissionais especialistas é extremamente importante para a facilitação deste processo.

Dessa forma, a Educação Física escolar inclusiva é extremamente essencial no dia a dia da criança ou do adolescente, assim, ao ingressarem numa escola regular, os educandos com necessidades especiais têm a chance de vivenciarem experiências diferentes, se relacionarem com os outros indivíduos, observando que todos possuem suas particularidades, isto é, ninguém é igual a ninguém. Então, esse educando ampliará o seu modo de percepção, das suas particularidades e sua maneira de se conectar com as pessoas e com o mundo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Revelando Tramas, Descobrimos Segredos:** violência e convivência nas escolas. 2009. Disponível em: http://www.abglt.org.br/docs/Revelando_Tramas.pdf. Acesso em: 22 nov. 2016.

AGUIAR, J.; DUARTE, E. **Educação inclusiva:** um estudo na área da educação física, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382005000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 dez. 2016.

ARDORE, M. *et al.* **Eu tenho um irmão diferente... vamos conversar sobre isto?** São Paulo: APAE, 2009.

BRACHT, V. **A educação física e aprendizagem social.** Porto Alegre: Magister, 1992.

BRASIL. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva.** São Paulo: SORRI-BRASIL/MEC, 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 06 dez. 2016.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica,** 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei Federal n. 8.069/90.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Revista Integração.** Brasília: MEC, v. 1, n. 24, 2002.

CANEN, A. **Formação continuada de professores para a diversidade cultural:** ênfases, silêncios e perspectivas. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a07>. Acesso em: 05 dez. 2016.

CANDAU, V. **Quando a diferença é motivo de tensão: um estudo de currículos praticados em classes iniciais do ensino fundamental.** 2006. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0114342_06_Indice.html. Acesso em: 07 dez. 2016.

CASTRO, P.; ALMEIDA, R. **Possibilidades e limites de inserção do deficiente na escola regular: visão de professor.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)- Fundação de Ensino Superior de Passos do Estado de Minas Gerais. Faculdade de Serviço Social, 2010.

CERVO, A.; BERVIAN, P. **Metodologia Científica.** São Paulo: Afiliada, 2008.

CIDADE, R.; FREITAS, P. **Educação Física e Inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola.** 2002. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf>. Acesso em: 10dez. 2016.

DARIDO, S.; SOUZA JÚNIOR, O. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola.** 7 ed. Campinas: Papirus, 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 1994. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0ahUKEwjb17Jwc7PAhUEiZAKHebOBq0QFgguMAM&url=http%3A%2F%2Fcape.edunet.sp.gov.br%2Ftextos%2Fdeclaracoes%2F3Declacao_Salamanca.doc&usg=.AFQjCNENPgGJTY4FxKgRIYTztk9XaLLBhQ. Acesso em: 05 dez. 2016.

GADOTTI, M. **História das idéias pedagógicas.** São Paulo: Ática, 1993.

LEMONS, E. **O princípio da Inclusão - um elemento da metodologia das aulas de Educação Física.** 2008. Disponível em: <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/principioincl.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

MACHADO, J. **Inclusão social para deficientes.** 2013. Disponível em: <http://apsicologaonline.com/inclusao-social-para-deficientes/>. Acesso em: 28 nov. 2016.

MANTOAN, M. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2012.

MARCHESE, A. **Comunicação, linguagem e pensamento.** Porto Alegre: Artes Médicas. 2006.

MAUERBERG-DECASTRO, E. **Atividade física adaptada**. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005.

MEC. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. 2 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

MENDES, E. Desafios atuais na formação do professor de Educação Especial. **Revista Integração**. Brasília: MEC/SEESP, v. 24, n. 26, 2002.

MINAYO, M. **O Conceito de Metodologia de Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, C. **Educação física inclusiva**. 2014. Disponível em: <<http://ivaipora.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=4655>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

NEVES, M.; LEMOS, V. **A Inclusão da pessoa com deficiência da rede regular de ensino**. Delfinópolis, 2008.

OESTERREICH, S. Educação Especial na Escola Inclusiva. Ciência e Conhecimento – **Revista Eletrônica Da Ulbra São Jerônimo** – v. 02, n. 4, São Paulo, 2007.

PERRENOUD, P. *et al.* **Formando professores profissionais**: quais estratégias? Quais competências? 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RODRIGUES, D. **Educação Física perante a Educação Inclusiva**: reflexões conceituais e metodológicas. 2003. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/EFeInclusaoDavidRodrigues.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2016.

PACER JÚNIOR, R.; FILHO MAZINI, M.; CARAS, J.; MATOS, D.; VENTURINI, G.; SAVÓIA, R.; ZANELLA, A. **A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência**. 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd139/aulas-inclusivas-de-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 05 dez. 2016.

PAULA, I. **O Processo de inclusão e a participação do professor**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PARREIRA, V. **Fracasso escolar**: fatores intra e extra-escolares. Batatais: Claretiano, 2005.

PEDRINELLI, V. **Atividade Física adaptada no continente Sul-Americano**. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/atividadefisica.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2016.

PEIXOTO, T. **O esporte no desenvolvimento de crianças com deficiência visual**. 2014. Disponível em: <http://www.unisol.org.br/2014/09/o-esporte-no-desenvolvimento-de-criancas-com-deficiencia-visual/>. Acesso em: 05 dez. 2016.

RIBAS, J. **O que são pessoas deficientes?** São Paulo: Brasiliense, 2010.

SANTOS, M.; PAULINO, M. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2006.

SASSAKI, R. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2012.

SIMÕES, C. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOLER, R. **Educação Física inclusiva na escola em busca de uma escola plural**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

WINNICK, J. **Educação física e esportes adaptadas**. Barueri: Manole, 2004.

**OS DESAFIOS DOS EDUCADORES FÍSICOS
DIANTE DOS EDUCANDOS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO
REGULAR**

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

AValiação: () _____

Professor Orientador: Ms. Gustavo Henrique Gonçalves.

Professor(a) Avaliador(a) da Banca

Professor(a) Avaliador(a) da Banca

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
2016**